

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA

33575

FICHA

47228



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DA CAPITAL

REGISTRO DE IMÓVEIS - 7.º OFÍCIO

IMÓVEL - Apartamento 907 do Edifício na Rua Evaristo da Veiga nº 47 e 47-A, com frente também pela Rua Senador Dantas nºs 45, 45-A e 45-B, comercial e residencial, na freguesia de São José, e a correspondente fração ideal de 0,8881% do terreno que mede: de frente pela Rua Senador Dantas 20,00m, lado direito 96,05m em linha quebrada de 3 segmentos retilíneos respectivamente de 49,75m, 44,20m e 2,10m, lado esquerdo 73,51m em linha quebrada de 3 segmentos retilíneos respectivamente de 56,86m, 8,90m e 7,75m e finalmente 65,30m na linha dos fundos, sendo o terreno próprio na parte onde existiram os prédios à Rua Senador Dantas números 43 e 45, antigos 27-F e 47 e antes 27-G e foreiro ao Convento da Ajuda na parte onde existiu o prédio da Rua Evaristo da Veiga nº 47, antigo 9, confrontando na frente com a Rua Senador Dantas, de um lado com terrenos dos prédios da Rua Senador Dantas nºs 41, 39, 37, 35, 33 e 31, do outro lado com terreno dos prédios da Rua Senador Dantas 49 e Rua Evaristo da Veiga 41, com terreno do prédio da Rua Evaristo da Veiga nº 45 e Rua Evaristo da Veiga e fundos com terreno do prédio da Rua Evaristo da Veiga nº 49. PROPRIETÁRIA- REAL E BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA DO RIO DE JANEIRO, com sede nesta cidade, CGC número 33.601.709/0001-00. Adquirido por compra a Sociedade Anônima Magalhães, Comércio e Indústria, conforme escritura de 23 de outubro de 1952, lavrada nas notas do tabelião do 11º Ofício desta cidade, no livro 793 a fls. 23, registrada neste Cartório no livro 3-Z sob nº 12524 a fls. 74, em 14 de abril de 1953. O referido é verdade, do que dou fé. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1995.

AV.01- Certifico que consta averbado a margem da transcrição acima citada, o Termo assinado no Departamento de Edificações da Prefeitura do Distrito Federal aos 20 de junho de 1955 a fls. 32 e 33 do livro próprio nº 19, de ratificação ao de recuo celebrado na Diretoria de Fiscalização de Obras e Instalações de ratificação ao de obrigação aditivo também celebrado na antiga Diretoria de Fiscalização de Obras e Instalações em 01 de junho de 1938, a adquirente obrigou-se por si, seus cessionários ou eventuais sucessores a proceder a demolição da parte da construção existente dos prédios objeto desta transcrição, que ocupa a título precário, e em caráter provisório a área de recuo determinada pelo projeto de urbanização aprovado sob número 2402 tão logo se ja concedida pela Prefeitura do Distrito Federal licença para quaisquer obras no prédio contíguo vizinho de número 41 da mesma Rua Senador Dantas que impliquem em recuo deste, a fim de que haja a execução concomitante dos dois recuos, deixando nessa ocasião a área de recuo livre e desembaraçada de qualquer construção para possibilitar a sua incorporação futura ao logradouro público, independente de qualquer onus para a Prefeitura do Distrito Federal relativamente as benfeitorias nela existente e ainda independente de interpelação de caráter judicial ou extra judi

REGISTRO GERAL

MATRICULA

33575

FICHA

47228

VERSO

cial. Na falta de cumprimento da obrigação acima estabelecida a Prefeitura do Distrito Federal aplicará a proprietária seus cessionários ou eventuais sucessores, a multa diária de Cr\$200,00 até o prazo de 30 dias, findo o qual será procedida pela Prefeitura do Distrito Federal, a interdição das dependências que ocupam a área de recuo independentemente de qualquer interpelação judicial. A aplicação das multas, será feita administrativamente e, no caso de não serem efetuadas os pagamentos devidos, as mesmas serão cobradas judicialmente pelo órgão competente da Prefeitura, pela forma executiva, conforme dispõe o artigo 1º, parágrafo único do Decreto Lei número 960 de 17 de dezembro de 1938. A proprietária se comprometeu outrossim, a respeitar integralmente a obrigação assumida, pondo desde logo, a Prefeitura, a salvo de quaisquer dúvidas ou constentações futuras. Pelo referido Termo ficou ratificada a condição constante do Termo de recuo assinado em 16 de maio de 1938, na então Diretoria de Fiscalização de Obras e Instalações, a pagina 85 do livro 12-E, e, virtude do qual a Prefeitura do Distrito Federal pagará a proprietária a importância de Cr\$30.000,00 como indenização pela área de recuo que mede 120,00m², a razão de Cr\$250,00 por metro quadrado, de pois de garantido o novo alinhamento, em obediência ao projeto aprovado sob nº 2878, conforme despacho e mais atos constantes do processo número 60.306 de 1937. Em face da obrigação assumida a Prefeitura do Distrito Federal, permitirá a título precário, e em caráter precário continuação da ocupação da área de recuo de terminada pelo projeto de urbanização aprovado sob nº 2402, com entrada e sala de espera existentes nos prédios de propriedade da adquirente situadas na Rua Senador Dantas nº 45-A e 45-B, onde funciona atualmente o "Cinema Vitória", conforme foi autorizado por despacho de 18 de janeiro de 1955, de sua Ex^a. Sr. Prefeito do Distrito Federal, louvando-se o parecer de 17 do mesmo mês e ano, do Ex^a. Sr. Secretário Geral de Viação e Obras, constantes do processo nº 7504019 de 1954. O referido é verdade, do que dou fé. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1995. *[Assinatura]* *

AV.02-CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO- Certifico que foi registrada hoje no livro 3-A sob nº 1767, a escritura de Convenção de Condomínio lavrada nas notas do tabelião do 10º Ofício desta cidade, no livro 5259 a fls.022, celebrada entre os condôminos, REAL E BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA DO RIO DE JANEIRO, com sede nesta cidade, CGC nº 33.601.709/0001-00, e, SIMPLICIO EDSON ALVES, brasileiro, separado, comerciante, residente e domicilia do nesta cidade, CPF 032.437.898-00. O referido é verdade, do que dou fé. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1995. *[Assinatura]*

R-03-PENHORA - Certifico que em cumprimento ao Mandado dado e passado aos 04-10-00, pela MMA. Juíza Dra. Maria Cristina Barros Gutierrez Slaibi da 5ª Vara da Fazenda Pública desta Cidade, acompanhado do Auto de Penhora e Depósito de 27-11-00, foi o imóvel -

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA

33575

FICHA

47228

7º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

objeto da matrícula PENHORADO nos autos da execução fiscal número 3281/99, para garantia da dívida de R\$2.533,20, movida pelo Município do Rio de Janeiro em face de Real Ben. Soc. Por. Ben. R/J. O registro somente poderá ser cancelado mediante o recolhimento dos emolumentos, salvo se a parte vencida na ação for a Fazenda Pública-decisão normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (processo nº 29682/97). Do título consta va ter ficado como depositário o 8º Depositário Judicial. Dou fê. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2001. *[Assinatura]*

R-04-PENHORA – Certifico que em cumprimento ao Mandado do Juízo de Direito da 12ª Vara de Fazenda Pública desta cidade, dado e passado aos 04/02/2005, acompanhado do Auto de Penhora, Avaliação e Depósito datado de 14/04/2005, fica o imóvel objeto da matrícula penhorado para garantia da dívida de R\$17.073,66, nos autos da Execução Fiscal 2003.120.062280-1, movida pelo Município do Rio de Janeiro contra Caixa de Socorros D. Pedro V; ficando como depositário Wanderlin Tavares Biridiba, 6º Depositário Judicial. Este registro somente será cancelado mediante o recolhimento dos emolumentos, salvo se a parte vencida na ação for a Fazenda pública (decisão normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro – Proc. 29682/97). O referido é verdade, do que dou fê. Rio de Janeiro, 16 de março de 2006. *[Assinatura]*

R.05-PENHORA- Certifico que em cumprimento ao Mandado do Juízo de direito da 12ª Vara de Fazenda Pública desta cidade, assinado pelo MM. Juiz Dr. João Luiz Amorim Franco, datado de 18.08.2006, acompanhado do Auto de Penhora, Avaliação e Depósito, datado de 29.11.2006, foi o imóvel objeto da matrícula penhorado para garantia da dívida de R\$ 6.202,08, na Ação de Execução Fiscal nº - 2004.120.050530-6, movida pelo MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO, contra REAL BEBEM SOC PORT BENEF R JANEIRO, ficando como fiel depositário, o 6º Depositário. O registro somente será cancelado mediante o recolhimento dos emolumentos, salvo se a parte vencida na ação for a Fazenda Pública (decisão normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Proc. 29682/97). O referido é verdade, do que dou fê. Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2007. *[Assinatura]* *

R.06-PENHORA- Certifico que em cumprimento ao Mandado do Juízo de Direito da 12ª Vara de Fazenda Pública desta cidade, datado de 18.01.2008, acompanhado do Auto de Penhora, Avaliação e Depósito datado de 27.02.2008, foi o imóvel objeto da matrícula penhorado para garantia da dívida de R\$ 5.164,04, na Ação de Execução Fiscal nº 2007.001.131962-00 movida pelo MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO contra Real Benem Soc Port Benef R Janeiro, ficando como depositário judicial, Rosanio D. Teixeira. O registro somente será cancelado mediante o recolhimento dos emolumentos, salvo se a parte vencida na ação for a Fazenda Pública (decisão normativa da Cor

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA

33575

FICHA

47228-A

VERSO

regedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Processo nº 29.682/97). O referido é verdade, do que dou fé. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2008. [Assinatura] *

AV.07-CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO (Protocolo: 180286) - Certifico que, foi registrada nesta data a alteração e consolidação da convenção de condomínio, do edifício denominado "Rivoli-Tanagra", conforme escritura lavrada nas notas do Tabelião do 9º Ofício da Comarca da Capital/RJ, no livro 2840, à fl. 02, situado na Rua Senador Dantas, número 45 e Rua Evaristo da Veiga, número 47, no Registro Auxiliar sob número 2446, do qual faz parte a unidade objeto da matrícula. O referido é verdade, do que dou fé. Eu, Caroline Assis [Assinatura], Escrevente, digitei. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2016.

R.08-PENHORA (Protocolo: 210969) - Certifico que, por determinação do Juiz de Direito da 28ª Vara Cível da Comarca da Capital/RJ, conforme consta no Ofício nº 500/2021/OF, datado de 29 de julho de 2021, assinado eletronicamente pelo Dr. Eric Scapim Cunha Brandão, acompanhado do Termo de Penhora, datado de 29 de julho de 2021, foi o direito e ação à compra do imóvel objeto da matrícula penhorado para garantia da dívida no valor de R\$768.818,55 (setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos), na ação de Procedimento Sumário - processo nº 0022327-58.2005.8.19.0001 (2005.001.023072-3), em que são partes: Autor - CONDOMÍNIO RIVOLI TANAGRA; e Réus - ESPÓLIO DE EDSON COSTA TEIXEIRA; ROSARIA DIAS TEIXEIRA; e ALINE COELHO TEIXEIRA; ficando nomeada como depositária do bem, Rosaria Dias Teixeira. Prenotação nesta Serventia em 04 de outubro de 2021 (art. 436, da CNCGJ/RJ). O referido é verdade, do que dou fé. Eu, Thayana Lamberti Ferreira [Assinatura], Escrevente, digitei. Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2021.

R.09-PENHORA (Protocolo: 211847) - Certifico que, por determinação da Juíza de Direito da 12ª Vara de Fazenda Pública - Tribunal de Justiça da Comarca da Capital/RJ, conforme consta no Ofício número 755402/2021/OF, datado de 19 de agosto de 2021, assinado eletronicamente pela Exma. Drª Katia Cristina Nascentes Torres, acompanhado do Auto de Penhora, Avaliação e Depósito datado de 21 de setembro de 2020, foi o imóvel objeto da matrícula penhorado para garantia da dívida no valor de R\$8.215,01 (oito mil, duzentos e quinze reais e um centavo), na ação de execução fiscal - processo número 0363363-21.2016.8.19.0001, em que são partes: Exequente - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO; e Executada - REAL E BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICIÊNCIA DO RIO DE JANEIRO; sem nomeação de depositário do bem. O registro somente será cancelado mediante o recolhimento dos emolumentos, salvo se a parte vencida na ação for a Fazenda Pública (decisão normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - processo número 29.682/97). Prenotação nesta Serventia em 16 de novembro de 2021 (art. 436, da CNCGJ/RJ). O referido é verdade, do que dou fé. Eu, Thayana Lamberti Ferreira [Assinatura], Escrevente digitei. Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2022.